



BIBLIOGRAFIA

PROVA DE CERTIFICAÇÃO PARA CONSELHEIROS E GESTORES DE EFPC.

Controle: 001/2019
Data da Elaboração: 25/08/2018
Data da Revisão: 28/03/2019
Elaborado por: ICSS
Aprovado por: Diretoria do ICSS

CONTEÚDO DA BIBLIOGRAFIA

Este material contém as referências bibliográficas para estudo e preparação para a Prova de Certificação de Conselheiros e Gestores em EFPC do ICSS e está organizado em 8 (oito) módulos. Os módulos correspondem aos itens de I a VIII do conteúdo mínimo para certificação, conforme Anexo disposto pela Resolução nº 19, de 30 de março de 2015, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). São eles: I) Previdência Social; II) Administração e Governança das EFPC; III) Atuária; IV) Auditoria; V) Contabilidade; VI) Investimentos; VII) Fiscalização e; VIII) Jurídico.

Cada módulo deste material contém duas partes. A primeira, a bibliografia necessária para estudo e que corresponde à legislação relacionada ao tema do módulo. E a segunda, a bibliografia sugerida para aprofundamento técnico e outros complementares. Portanto, as referências da segunda parte de cada módulo são apenas sugestões como melhor forma de preparação para o estudo. Por último, são apresentadas as referências bibliográficas para pesquisa junto às respectivas fontes. O conteúdo deste material, bem como sua organização, critérios para indicação entre bibliografia necessária/sugerida e demais providências relacionadas, foram elaborados/desenvolvidos sob a responsabilidade da área de Certificação ICSS e aprovados pela Diretoria do ICSS.

Este documento, portanto, apresenta as referências essenciais para o desempenho das atividades relacionadas às funções de Gestores e Conselheiros para Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

O ICSS tem o compromisso de revisar periodicamente esse material para ajustá-lo a nova legislação. Relacionados à aspectos técnicos, esta bibliografia sugere referências que espera oferecerem as ferramentas necessárias a seus profissionais.

Bons estudos!

ICSS - Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social

I. PREVIDÊNCIA SOCIAL

Bibliografia necessária

Artigos nºs 194, 195 e 201 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988a).

Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/1998 (BRASIL, 1998a)

Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 (BRASIL, 2003a)

Emenda Constitucional nº 42 de 19/12/2003 (BRASIL, 2003b)

Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005 (BRASIL, 2005a)

Lei nº 8.212 de 24/07/1991 (BRASIL, 1991a)

Lei nº 8.213 de 24/07/1991 (BRASIL, 1991b)

Decreto nº 7.123 de 03/03/2010 (BRASIL, 2010a)

Decreto nº 7.808 de 20/09/2012 (BRASIL, 2012a)

Bibliografia sugerida

As reformas de previdência na América latina e seus impactos nos princípios de seguridade Social (MESA-LAGO, 2006)

Previdência Social: Reflexões e Desafios (SCHWARZER, 2009)

II. ADMINISTRAÇÃO E A GOVERNANÇA DAS EFPC

Bibliografia necessária

Decreto nº 4.942 de 30/12/2003 (BRASIL, 2003c)

Decreto nº 7.397 de 22/12/2010 (BRASIL, 2010b)

Decreto no. 9.679 de 02/01/2019 (BRASIL, 2019)

Decreto No 8.992 de 20/02.2017 (BRASIL, 2017)

Instrução Secretaria de Previdência Complementar nº 05 de 09/12/2003 (SPC, 2003)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 12 de 13/10/2014 (PREVIC, 2014a)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 13 de 12/11/2014 (PREVIC, 2014b)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 06 de 29/05/2017 (PREVIC, 2017a)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 15 de 08/12/2017 (PREVIC, 2017b)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 10, de 30/11/2018 (PREVIC, 2018a)

Lei Complementar nº 108 de 29/05/2001 (BRASIL, 2001a)

Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001 (BRASIL, 2001b)

Lei nº 6.024 de 13/03/1974 (BRASIL, 1974)

Lei nº 9.784 de 29/01/1999 (BRASIL, 1999)

Lei nº 12.154 de 23/12/2009 (BRASIL, 2009)

Lei nº 12.618 de 30/04/2012 (BRASIL, 2012b)

Portaria MPS nº 132 de 14/03/2011 (BRASIL, 2011)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 17 de 11/06/1996 (CPGC, 1996)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 07 de 21/05/2002 (CGPC, 2002a)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 07 de 04/12/2003 (CGPC, 2003a)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 08 de 19/02/2004 (CGPC, 2004a)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 13 de 01/10/2004 (CGPC, 2004b)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 23 de 06/12/2006 (CGPC, 2006a)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 29 de 31/08/2009 (CGPC, 2009a)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 19 de 30/03/2015 (CNPC, 2015a)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 24 de 24/11/16 (CNPC, 2016)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 27, de 06/11/2017 (CNPC, 2017)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10/10/2018

(CNPC, 2018a)

Resolução Conselho Monetário Nacional nº 4661, de 29/05/2018 (CMN, 2018)

Recomendação CGPC nº 01 de 28/04/2008 (CGPC, 2008)

Bibliografia sugerida

Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa – IBGC (IBGC, 2015)

Gestão de Projetos: As Melhores Práticas (KERZNER, 2017)

Guia Previc - Melhores Práticas de Governança para EFPC (PREVIC, 2012)

Os Campeões de Recursos Humanos: Inovando para obter os Melhores Resultados (ULRICH, 2003)

III. ATUÁRIA

Bibliografia necessária

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 12, de 13/10/2014 (PREVIC, 2014a)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 13, de 12/11/2014 (PREVIC, 2014b)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 18, de 24/12/2014 (PREVIC, 2014c)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 27, de 04/04/2016 (PREVIC, 2016a)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 10, de 27/11/2017 (PREVIC, 2017c)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 7, de 14/11/2018 (PREVIC, 2018a)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 10, de 30/11/2018 (PREVIC, 2018a)

Lei Complementar nº 108 de 29/05/2001 (BRASIL, 2001a)

Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001 (BRASIL, 2001b)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 06, de 30/10/2003 (CGPC, 2003)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 09, de 19/02/2004

(CGPC, 2004c)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 16 de 22/11/2005(CGPC, 2005)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 19, de 25/09/2006 (CGPC, 2006b)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 11, de 13/05/2013 (CNPC, 2013)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 29, de 13/04/2018 (CNPC, 2018b)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10/10/2018 (CNPC, 2018a)

Portaria MPS nº 418 de 18/12/2008 (BRASIL, 2008)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 31, de 11/12/2018 (CNPC, 2018c)

Bibliografia sugerida

A Demografia dos Fundos de Pensão (PINHEIRO, 2007)

Atuária para Não Atuários (CONDE; ERNANDES, 2007)

Dicionário de Termos Técnicos da Previdência Complementar Fechada (ABRAPP, 2005)

Guia Previc - Melhores Práticas de Governança para EFPC (PREVIC, 2012)

Matemática Atuarial de Sistemas de Previdência Social (IYER, 2002)

Manual Melhores Práticas de Seguridade para EFPC (ABRAPP, 2016)

IV. AUDITORIA

Bibliografia necessária

Decreto nº 5.685 de 25/01/2006 (BRASIL, 2006)

Lei Complementar nº 108 de 29/05/2001 (BRASIL, 2001a)

Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001 (BRASIL, 2001b)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 03, de 29/06/2010 (PREVIC, 2010a)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 05, de

29/05/2017 (PREVIC, 2017d)

Portaria da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 297, de 29/06/2016 (PREVIC, 2016b)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 200 (R1) de 05/09/2016 (CFC, 2016a)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 240 (R1) de 05/09/2016 (CFC, 2016b)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 260 (R2) de 17/06/2016 (CFC, 2016c)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 505 de 03/12/2009 (CFC, 2009)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 700 de 17/06/2016 (CFC, 2016d)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 705 de 17/06/2016 (CFC, 2016e)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 706 de 17/06/2016 (CFC, 2016f)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TI 01 de 28/11/2003 (CFC, 2003)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC PG 12 (R3) de 07/12/2017 (CFC, 2017a)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC PA 290 (R2) de 26/05/2017 (CFC, 2017b)

Norma Brasileira de Contabilidade - CTG 2002 de 05/12/2018 (CFC, 2018)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 12, de 27/05/2004 (CGPC, 2004d)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 13, de 01/10/2004 (CGPC, 2004e)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 11, de 13/05/2013 (CNPC, 2013)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 19, de 30/03/2015 (CNPC, 2015a)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 27, de 06/12/2017 (CNPC, 2017)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 29, de 13/04/2018 (CNPC, 2018b)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10/10/2018 (CNPC, 2018a)

Resolução CMN nº 4661, de 29/05/2018 (CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, 2018)

Bibliografia sugerida

Guia Previc - Melhores Práticas de Governança para EFPC (PREVIC, 2012)

Guia Previc - Melhores Práticas em Fundos de Pensão (PREVIC, 2010b)

Guia Previc - Melhores Práticas de Investimentos para EFPC (PREVIC, 2011)

V. CONTABILIDADE

Bibliografia necessária

Instrução da Secretaria de Previdência Complementar nº 34 de 24/09/2009 (SPC, 2009)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 10, de 20/06/2014 (PREVIC, 2014d)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 10, de 27/11/ 2017 (PREVIC, 2017c)

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 438 de 12/07/2006 (CVM, 2006)

Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 08, de 26 de julho de 2013 (CFC, 2013)

Lei Complementar nº 108 de 29/05/2001 (BRASIL, 2001a)

Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001 (BRASIL, 2001b)

Lei nº 11.053 de 29/12/2004 (BRASIL, 2004)

Lei nº 11.196 de 21/11/2005 (BRASIL, 2005b)

Lei nº 7.713 de 22/12/1988 (BRASIL, 1988b)

Lei nº 9.250 de 26/12/1995 (BRASIL, 1995)

Lei nº 9.718 de 27/11/1998 (BRASIL, 1998b)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 29, de 31/08/2009 (CGPC, 2009a)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 29, de 13/04/2018 (CNPC, 2018b)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10/10/2018 (CNPC, 2018a)

Bibliografia sugerida

Contabilidade Básica; 12ª edição 2018 (MARION, 2018)

Manual de Contabilidade Societária - Aplicável a Todas as Sociedades; 2ª edição; 2013 (MARTINS; IUDICIBUS, 2013)

VI. INVESTIMENTOS

Bibliografia necessária

Acordo entre a Comissão de Valores Mobiliários e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, de 13/03/2018 (CVM e PREVIC, 2018)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 06, de 29/05/2017 (PREVIC, 2017a)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 10, de 27/11/2017 (PREVIC, 2017c)

Instrução Previc nº 3, de 24/11/2018 (PREVIC, 2018b)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 1, de 21/01/2019 (PREVIC, 2019)

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476 de 16/01/2009 (CVM, 2009)

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 554 de 17/12/2014 (CVM, 2014a)

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 555 de 17/12/2014 (CVM, 2014b)

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 542 de 20/12/2013 (CVM, 2013)

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 578 de 30/08/2017 (CVM, 2016a)

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 579 de 30/08/2017 (CVM, 2016b)

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 592, de 17/11/2017 (CVM, 2017)

Lei Complementar nº 108 de 29/05/2001 (BRASIL, 2001a)

Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001 (BRASIL, 2001b)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10/10/2018 (CNPIC, 2018a)

Resolução CMN nº 4661, de 29/05/2018 (CMN, 2018)

Bibliografia sugerida

Gestão de Investimentos em Fundos de Pensão (ABRAPP, 2012)

Guia Previc - Melhores Práticas de Investimentos para EFPC (PREVIC, 2011)

Fundamentos de Administração Financeira (ASSAF NETO; LIMA, 2014)

Investimentos (BODIE; KANE; MARCUS, 2015)

Mercado Financeiro – Produtos e Serviços (FORTUNA, 2015)

VII. FISCALIZAÇÃO

Bibliografia necessária

Decreto nº 5.685 de 25/01/2006 (BRASIL, 2006)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 03, de 29/06/2010 (PREVIC, 2010a)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 05, de 29/05/2017 (PREVIC, 2017d)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 10, de 27/11/2017 (PREVIC, 2017c)

Lei Complementar nº 108 de 29/05/2001 (BRASIL, 2001a)

Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001 (BRASIL, 2001b)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 200 (R1) de 05/09/2016 (CFC, 2016a)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 240 (R1) de 05/09/2016 (CFC, 2016b)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 260 (R2) de 17/06/2016 (CFC, 2016c)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 505 de 03/12/2009 (CFC, 2009)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 700 de 17/06/2016 (CFC, 2016d)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 705 de 17/06/2016 (CFC, 2016e)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 706 de 17/06/2016 (CFC, 2016f)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TI 01 de 28/11/2003 (CFC, 2003)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC PG 12 (R3) de 07/12/2017 (CFC, 2017a)

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC PA 290 (R2) de 26/05/2017 (CFC, 2017b)

Norma Brasileira de Contabilidade - CTG 2002 de 05/12/2018 (CFC, 2018)

Portaria PREVIC nº 297 de 29/06/2016 (PREVIC, 2016b)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 12, de 27/05/2004 (CGPC, 2004d)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 13, de 01/10/2004 (CGPC, 2004e)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 11, de 13/05/2013 (CNPC, 2013)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 19, de 30/03/2015 (CNPC, 2015a)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 29, de 13/04/2018 (CNPC, 2018b)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10/10/2018 (CNPC, 2018a)

Resolução BACEN nº 4661, de 29/05/2018 (CMN, 2018)

Bibliografia sugerida

Guia Previc - Melhores Práticas de Governança para EFPC (PREVIC, 2012)

Guia Previc - Melhores Práticas em Fundos de Pensão (PREVIC, 2010b)

Guia Previc - Melhores Práticas de Investimentos para EFPC (PREVIC, 2011)

VIII. JURÍDICO

Bibliografia necessária

Acordo CVM PREVIC, de 13/03/2018 (CVM e PREVIC, 2018)

Constituição Federal do Brasil de 1988, Artigos nºs 150, 153, 194, 195 e 202 (BRASIL, 1988a)

Decreto nº 4.942 de 30/12/2003 (BRASIL, 2003c)

Decreto nº 7.123 de 03/03/2010 (BRASIL, 2010a)

Decreto nº 8.992 de 20/02.2017 (BRASIL, 2017)

Instrução da Secretaria de Previdência Complementar nº 05, de 09/12/2003 (SPC, 2003)

Instrução da Secretaria de Previdência Complementar nº 18, de 09/11/2007 (SPC, 2007)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 03, de 29/06/2010 (PREVIC, 2010a)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 10, de 20/06/2014 (PREVIC, 2014d)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 18, de

24/12/2014 (PREVIC, 2014c)

Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar nº 9, de 21/11/2018 (PREVIC, 2018c)

Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001 (BRASIL, 2001a)

Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001 (BRASIL, 2001b)

Lei nº 6.024, de 13/03/1974 (BRASIL, 1974)

Lei nº 9.784, de 29/01/1999 (BRASIL, 1999)

Lei nº 11.053,, de 29/12/2004 (BRASIL, 2004)

Lei nº 12.154 de 23/12/2009 (BRASIL, 2009)

Lei nº 8.212, de 24/07/1991 (BRASIL, 1991a)

Lei nº 8.213, de 24/07/1991 (BRASIL, 1991b)

Lei nº 7.713,, de 22/12/1988 (BRASIL, 1988b)

Lei nº 9.250 de 26/12/1995 (BRASIL, 1995)

Lei nº 9.613,, de 2 /03/ 1998 (BRASIL, 1998c)

Lei nº 9.718 de 27/11/1998 (BRASIL, 1998b)

Lei nº 13.709, de 14/11/2018 (BRASIL, 2018)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 17, de 11/06/1996 (CGPC, 1996)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 07, de 21/05/2002 (CGPC, 2002a)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 12, de 17/09/2002 (CGPC, 2002b)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 04, de 26/06/2003 (CGPC, 2003a)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 06, de 30/10/2003 (CGPC, 2003c)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 08, de 19/02/2004 (CGPC, 2004a)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 12, de 27/05/2004 (CGPC, 2004d)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 13, de 01/10/2004

(CGPC, 2004e)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 14, de 01/10/2004 (CGPC, 2004f)

Resolução do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 16, de 22/11/2005 (CGPC, 2005)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 11, de 13/05/2013 (CNPC, 2013)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 17, de 30/03/2015 (CNPC, 2015b)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 18, de 30/03/2015 (CNPC, 2015c)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 19, de 30/03/2015 (CNPC, 2015a)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 21, de 18/06/2015 (CNPC, 2015d)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 29, de 13/04/2018 (CNPC, 2018b)

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 31, de 11/12/2018 (CNPC, 2018c)

Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União nº 10 de 10/05/2016 (CGPAR, 2016)

Recomendação do Conselho Geral da Previdência Complementar nº 02, de 27/04/2009 (CGPC, 2009b)

Bibliografia sugerida

Curso Básico de Previdência Complementar (REIS, 2017)

Guia Previc - Melhores Práticas em Fundos de Pensão (PREVIC, 2010b)

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Fundamentos de Administração Financeira; 3a. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (ABRAPP). Dicionário de Termos Técnicos da Previdência

Complementar Fechada. Revisão Técnica dos Verbetes pelas Comissões Técnicas Nacionais de Seguridade, Jurídica, Atuária, Contabilidade. São Paulo, ABRAPP-ICSS-SINDAPP, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.abrapp.org.br/index.html>. Acesso em: 27 mar. 2019

_____. Gestão de Investimentos em Fundos de Pensão. São Paulo: ABRAPP SINDAPP ICSS, 2012.

_____. Comissão Técnica Nacional de Seguridade (CTN) Manual de Melhores Práticas de Seguridade para EFPC. São Paulo, Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), 2016. Disponível em: http://www.abrapp.org.br/GuiasManuais/manual_seg_2ed.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019

BODIE, Z.; KANE, A.; MARCUS, A. J. Investimentos. Tradução de Beth Honorato. Revisão Técnica de Samy Dana. 10a. ed. . São Paulo: Bookman, 2015.

BRASIL. Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L6024.htm . Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, Presidência da República, 1988a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm . Acesso em: 15 fev. 2019

_____. Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988. Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 1988b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7713.htm. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Lei n 8.212 ,de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 1991a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 1991b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Lei nº 9.250, de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9250.htm. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Emenda Constitucional no 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 1998a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm. Acesso em: 15 fev. 2019

_____. Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal e dispõe a determinação da base de cálculo das contribuições para o PIS/PASEP e

COFINS, inclusive, das EFPC. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 1998b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718.htm. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Lei nº 9.613 de 2 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 1998c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9613.htm. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechada. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2001a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp108.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2001b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp109.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Emenda Constitucional no 41, de 10 de dezembro de 2003. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional no 20, de 15 de dezembro Brasília, DF, Presidência da República, 2003a. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/emenda-constitucional-no-41-de-19-de-dezembro-de-2003-dou-de-31122003/>. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Emenda constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 2003b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003. Regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar; e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2003c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4942.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Lei nº 11.053 de 29 de dezembro 2004. Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L11053.htm. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Emenda Constitucional no 47, de 05 de julho de 2005. Altera os arts. 37, 40, 195

e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Dentre outras providências, dispõe sobre a dispensa da retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas téc. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2005b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006. Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização - Coremec. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5685.htm. Acesso em: 27 mar. 2019

_____. Ministério da Previdência Social. Portaria MPS no 418, de 18 de dezembro de 2008. Aprova o Programa de Educação Previdenciária (Educom). Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/portarias/2008/portaria-mps-no-418-de-18-de-dezembro-de-2008.pdf/view>. Acesso em: 27 mar. 2019

_____. Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009. Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L12154.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Decreto no 7.123, de 3 de março de 2010. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e sobre a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil, 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7123.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Decreto no 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Ministério da Previdência Social. Portaria MPS no 132, de 14 de março de 2011. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/portarias/2011/portaria-mps-ndeq-132-de-14-de-marco-de-2011.pdf/view>. Acesso em: 27 mar. 2019

_____. Decreto no 7.808, de 20 de setembro de 2012. Cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe, dispõe sobre sua vinculação no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Decreto/D7808.htm. Acesso

em: 22 mar. 2019

_____. Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo; e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12618.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Decreto no 8.992, de 20 e fevereiro de 2017. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc; e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2017/decreto/D8992.htm#art8. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Decreto no 9.679, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia; e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República. Casa Civil, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Decreto/D9679.htm#art10. Acesso em: 22 mar. 2019

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Instrução CVM no 438, de 12 de julho de 2006. Aprova o Plano Contábil dos Fundos de Investimento - COFI. Rio de Janeiro, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 2006. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/400/inst438consolid.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Instrução CVM no 476 de 16 de janeiro 2009. Dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados. Rio de Janeiro, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 2009. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/400/inst476consolid.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Instrução CVM no 542, de 20 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a prestação de serviços de custódia de valores mobiliários. Rio de Janeiro, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 2013. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst542consolid.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Instrução CVM no 554, de 17 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a qualificação do investidor profissional; entre outras providências. Rio de Janeiro, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 2014a. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst554.html>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Instrução CVM no 555 de 7 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de

investimento. Rio de Janeiro, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 2014b. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst555consolid.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Instrução CVM no 578 de 30 de agosto de 2016. Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações. Rio de Janeiro, CVM, 2016a. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst578consolid.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Instrução CVM nº 579 de 30 de agosto 2016. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis dos Fundos de Investimento em Participações. Rio de Janeiro, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 2016b. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst579.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017. Dispõe sobre a atividade de consultoria de valores mobiliários. Rio de Janeiro, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 2017. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst592.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS e SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Acordo de Cooperação Técnica entre PREVIC CVM, de 13 de março de 2018. Com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades, conjuntas ou correlatas. Rio de Janeiro, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), 2018. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/convenios/anexos/PREVIC.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO (CGPAR). Resolução CGPAR no 9, de 10 de maio de 2016. Dispõe que o Conselho de Administração das estatais federais deverá solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da EFPC que administra plano de benefícios da estatal; entre outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22807697/do1-2016-05-12-resolucao-n-9-de-10-de-maio-de-2016-22807681. Acesso em: 28 mar. 2019

CONDE, N. C.; ERNANDES, I. S. A. Atuária para Não Atuários. 1. ed. São Paulo: ABRAPP-ICSS-SINDAPP, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº 986 de 28 de novembro de 2003. Aprova a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_986.pdf. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Resolução CFC no 1.219, de 03 de dezembro de 2009. Aprova a NBC TA 505 - Confirmações Externas. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1219.pdf. Acesso em: 28 mar. 2019

- _____. Resolução CTA 08, de 31 de julho de 2013. Dá nova redação ao CTA 08/2011 que dispõe sobre a emissão do relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/CTA08&arquivo=CTA08.doc. Acesso em: 28 fev. 2019
- _____. Resolução NBC TA 200 (R1), de 05 de setembro de 2016. Altera a NBC TA 200 que dispõe sobre os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2016a. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1203.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019
- _____. Resolução NBC TA 240 (R1), de 05 de setembro de 2016. Altera a NBC TA 240 que dispõe sobre a responsabilidade do auditor em relação a fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2016b. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1207.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019
- _____. Resolução NBC TA 260 (R2), de 17 de junho de 2016. Dá nova redação à NBC TA 260 (R1) que dispõe sobre a comunicação com os responsáveis pela governança. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2016c. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA260R2.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019
- _____. Resolução NBC TA 700, de 17 de junho de 2016. Dá nova redação à NBC TA 700/2009 que dispõe sobre a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2016d. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019
- _____. Resolução NBC 705 TA, de 17 de junho de 2016. Dá nova redação à NBC TA 705/2009 que dispõe sobre modificações na opinião do auditor independente. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2016e. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA705.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019
- _____. Resolução NBC TA 706, de 17 de junho de 2016. Dá nova redação à NBC TA 706/2009 que dispõe sobre parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2016f. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA706.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019
- _____. Resolução NBC PG 12 (R3), de 07 de dezembro de 2017. Altera a NBC PG 12 (R2) que dispõe sobre educação profissional continuada. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2017a. Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG12\(R3\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG12(R3).pdf). Acesso em: 28 mar. 2019
- _____. Resolução NBC PA 290 (R2), de 26 de maio de 2017. Altera a NBC PA 290 (R1), que dispõe sobre independência em trabalhos de auditoria e revisão. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2017b. Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPA290\(R2\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPA290(R2).pdf). Acesso em: 28 mar. 2019
- _____. Resolução CTG 2002, de 05 de dezembro de 2018. Aprova o CTG 2002, que revoga a CTA 20/2014 e dispõe sobre os padrões técnicos e profissionais a serem

observados pelo contador para e avaliação dos ativos líquidos, e demais providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/CTG2002.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019

Conselho Geral da Previdência Complementar (CGPC). Resolução CGPC nº 17, de 11 de junho de 1996. Dispõe sobre o parcelamento de dívida das patrocinadoras junto às suas respectivas entidades fechadas de previdência privada e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/resolucoes/resolucoes-cgpc/resolucao-cgpc-ndeg-17-de-11-de-junho-de-1996.pdf/view>. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Resolução CGPC nº 7, de 21 de maio de 2002. Dispõe sobre a adequação das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas pelas pessoas jurídicas de Direito Público à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2002a. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/resolucoes/resolucoes-cgpc/resolucao-cgpc-no-7-de-21-de-maio-de-2002.pdf/view>. Acesso em: 26 mar. 2019

_____. Resolução CGPC nº 12, de 17 de setembro de 2002. Regulamenta a constituição e funcionamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e planos de benefícios constituídos por Instituidor. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2002b. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPAS-CGPC/2002/12.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Resolução CGPC nº 07 de 04 de dezembro de 2003. Regulamenta o § 2o do artigo 1º e os artigos 7o, 8o e 6o do Regulamento Anexo à Resolução do Conselho Monetário Nacional no 3.121, de 25 de setembro de 2003 e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2003a. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CGPC/2003/7.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019

_____. Resolução CGPC nº 6 de 30 de outubro de 2003. Dispõe sobre os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio em planos de entidade fechada de previdência complementar. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2003b. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CGPC/2003/6.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019

_____. Resolução CGPC nº 06, de 30 de outubro de 2003. Dispõe sobre os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio em planos de entidade fechada de previdência complementar. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2003c. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CGPC/2003/6.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Resolução CGPC nº 08, de 19 de fevereiro de 2004. Dispõe sobre normas procedimentais para a formalização de processos de estatutos, regulamentos de plano de benefícios, convênios de adesão e suas alterações. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2004a. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CGPC/2004/8.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019

_____. Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004. Estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar - EFPC. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2004b. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CGPC/2004/13.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019

- _____. Resolução CGPC nº 9, de 19 de fevereiro de 2004. Autoriza a Secretaria de Previdência Complementar a criar a Comissão Nacional de Atuária da Previdência Complementar. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2004c. Disponível em: http://sa.previdencia.gov.br/site/arquivos/office/3_081014-110810-736.pdf. Acesso em: 26 mar. 2019
- _____. Resolução CGPC nº 12, de 27 de maio de 2004. Dispõe sobre a transferência de empregados, participantes de plano de benefícios de entidade fechada de previdência complementar, para outra empresa do mesmo grupo econômico e dá outras providências. São Paulo, Diário Oficial da União, 2004d. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/resolucoes/resolucoes-cgpc/resolucao-cgpc-no-12-de-27-de-maio-de-2004.pdf/view>. Acesso em: 27 mar. 2019
- _____. Resolução CGPC nº 13 de 01 de outubro de 2004. Estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar - EFPC. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2004e. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CGPC/2004/13.htm>. Acesso em: 27 mar. 2019
- _____. Resolução CGPC nº 14, de 1º de outubro de 2004. Cria o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de previdência Complementar - CNPB, dispõe sobre plano de benefícios e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2004f. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CGPC/2004/14.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019
- _____. Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005. Normatiza os planos de benefícios de caráter previdenciário nas modalidades de benefício definido, contribuição definida e contribuição variável, e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CGPC/2005/16.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019
- _____. Resolução do CGPC nº 23 de 06 de dezembro de 2006. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2006a. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CGPC/2006/23.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019
- _____. Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006. Altera a Resolução CGPC nº 6, de 30 de outubro de 2003, que dispõe sobre os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio em planos de EFPC. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2006b. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CGPC/2006/19.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019
- _____. Recomendação CGPC no 1, de 28 de abril de 2008. Dispõe sobre as ações de educação previdenciária no âmbito do regime de previdência complementar, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/recomendacoes/recomendacao-cgpc-ndeg-1-de-28-de-abril-de-2008.pdf/view>. Acesso em: 22 mar. 2019
- _____. Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009. Dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de

previdência complementar, e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2009a. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CGPC/2009/29.htm>. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Recomendação CGPC nº 2, de 27 de abril de 2009. Dispõe sobre a adoção da Supervisão Baseada em Risco (SBR) no âmbito da Secretaria de Previdência Complementar em relação à supervisão das EFPC e dos planos de benefícios por elas administrados, e dá outras . Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2009b. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/recomendacoes/recomendacao-ndeg-2-de-27-de-abril-de-2009.pdf/view>. Acesso em: 28 mar. 2019

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018. Dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/resolucoes/resolucoes-cmn/resolucao-cmn-no-4-661-de-25-de-maio-de-2018.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (CNPC). Resolução CNPC nº 11, de 13 de maio de 2013. Aplicação às EFPC e aos planos de benefícios abrangidos por processo de retirada de patrocínio, aos patrocinadores que se retiram e aos respectivos participantes e assistidos. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/resolucoes/resolucoes-cnpc/resolucao-cnpc-no-11-de-13-de-maio-de-2013.pdf/view>. Acesso em: 22 mar. 2019

_____. Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015. Dispõe sobre os processos de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2015a. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CNPC/2015/19.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019

_____. Resolução CNPC nº 17, de 30 de março de 2015. Dispõe sobre a contratação de seguro para planos de benefícios operados pelas EFPC. Revoga a Resolução CGPC nº 10, de 30 de março de 2004. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2015b. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/resolucoes/resolucoes-cnpc/resolucao-cnpc-no-17-de-30-de-marco-de-2015.pdf/view>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Resolução CNPC nº 18, de 30 de março de 2015. Altera a Resolução CGPC nº 12, de 17 de setembro de 2002. Brasília, DF, Diário Oficial da União Diário Oficial da União, 2015c. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/resolucoes/resolucoes-cnpc/resolucao-cnpc-no-18-de-30-de-marco-de-2015.pdf/view>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015. Altera o art. 5º da Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2015d. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/MPS-CNPC/2015/21.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Resolução CNPC nº 24, de 24 de novembro de 2016. Dispõe sobre submassas nos planos de benefícios operados pelas entidades fechadas de previdência complementar. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2016. Disponível em:

<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/CNPC/2016/24.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019

_____. Resolução CNPC nº 27, de 06 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/cnpc/2017/27.htm>. Acesso em: 27 mar. 2019

_____. Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018. Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado; e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2018a. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/CNPC/2018/30.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019

_____. Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2018b. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/CNPC/2018/29.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019

_____. Resolução CNPC nº 31, de 11 de dezembro de 2018. Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPC para a independência patrimonial dos planos de benefícios de caráter previdenciários. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2018c. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/72/cnpc/2018/31.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019

FORTUNA, E. Mercado Financeiro – Produtos e Serviços. 2 ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Código das melhores práticas de governança corporativa. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

IYER, S. Matemática Atuarial de Sistemas de Previdência Social. Tradução Paulo Estevão Tavares Cavalcante. Coleção Previdência Social. Brasília, DF, Ministério da Previdência e Assistência Social, 2002. Disponível em: http://sa.previdencia.gov.br/site/arquivos/office/3_081014-111358-623.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019

KERZNER, H. R. Gestão de Projetos: As Melhores Práticas. Tradução Christiane de Brito Andrei. Revisão Técnica de Fábio Giordani. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

MARION, J. C. Contabilidade Básica. Atualização Ana Carolina Marion Santos. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, E.; IUDICIBUS, S. DE. Manual de Contabilidade Societária - Aplicável a Todas as Sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MESA-LAGO, C. As reformas de previdência na América latina e seus impactos nos princípios de seguridade Social. Tradução da Secretaria de Políticas de Previdência Social. Brasília, DF, Ministério da Previdência Social, 2006. Disponível em: http://sa.previdencia.gov.br/site/arquivos/office/3_081014-111405-101.pdf. Acesso em: 22 mar. 2019

PINHEIRO, R. P. A Demografia dos Fundos de Pensão. Coleção Previdência Social. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 2007. Disponível em: http://sa.previdencia.gov.br/site/arquivos/office/3_081014-111404-315.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019.

REIS, A. Curso Básico de Previdência Complementar. 2a. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SCHWARZER, H. (Org.). Previdência Social: Reflexões e Desafios. Brasília, DF. Coleção Previdência Social, Série Estudos. 1. ed., Brasília, DF, Ministério da Previdência Social: Secretaria de Políticas de Previdência Social, 2009. v. 30

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (SPC). Instrução Normativa SPC no 5, de 9 de dezembro de 2003. Estabelece instruções complementares a serem adotadas pelas EFPC na execução do disposto na Resolução CGPC nº 6/2003, que dispõe sobre os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/instrucoes/instrucoes-spc/2003/instrucao-normativa-spc-no-5-de-9-de-dezembro-de-2003.pdf/view>. Acesso em: 26 mar. 2019

_____. Instrução Normativa SPC no 18, de 9 de novembro de 2007. Estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC em observância ao disposto no art. 9º da Lei nº 9.613/1998; e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2007. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/instrucoes/instrucoes-spc/2007/instrucao-normativa-spc-no-18-de-09-de-novembro-de-2007.pdf/view>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Instrução Normativa SPC no 34, de 24 de setembro de 2009 Estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/instrucoes/instrucoes-spc/2009/instrucao-normativa-spc-no-34-de-24-de-setembro-de-2009.pdf/view>. Acesso em: 28 mar. 2019

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC). Instrução PREVIC nº 3, de 29 de junho de 2010. Dispõe sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no âmbito do regime de previdência complementar operado por entidades fechadas de previdência complementar. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2010a. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/instrucoes/instrucoes-previc/2010/instrucao-previc-no-3-de-29-de-junho-de-2010.pdf/view>. Acesso em: 27 mar. 2019

_____. Guia PREVIC. Melhores Práticas em Fundos de Pensão. Brasília, DF, Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), 2010b. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/guias-de-melhores-praticas/melhores-praticas-em-fundos-de-pensao.pdf/view>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Guia PREVIC. Melhores Práticas em Investimento. Brasília, DF, Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), 2011. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/guias-de-melhores-praticas/melhores-praticas-em-investimento.pdf/view>. Acesso em: 28 mar. 2019

- _____. Guia PREVIC. Melhores Práticas de Governança para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Brasília, DF, Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), 2012. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/guias-de-melhores-praticas/melhores-praticas-de-governanca.pdf/view>. Acesso em: 26 mar. 2019
- _____. Instrução PREVIC nº 12, de 13 de outubro de 2014. Dispõe sobre as Demonstrações Atuariais - DA dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar; e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2014a. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/37/MPS-PREVIC/2014/12.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019
- _____. Instrução PREVIC nº 13, de 12 de novembro de 2014. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos, e dá outras providências. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/37/MPS-PREVIC/2014/13.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019
- _____. Instrução PREVIC nº 18 de dezembro de 2014. Estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar em observância ao disposto no art. 9º da Lei nº 9.613/1998; e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2014c. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/37/MPS-PREVIC/2014/18.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019
- _____. Instrução PREVIC nº 10, de 20 de junho de 2014. Instala a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (CMCA) e aprova o seu regulamento. Brasília, DF, Diário Oficial da União Diário Oficial da União, , 2014d. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/instrucoes/instrucoes-previc/2014>. Acesso em: 28 mar. 2019
- _____. Instrução PREVIC nº 27, de 4 de abril de 2016. Dispõe sobre os elementos mínimos que devem constar na nota técnica atuarial de que trata o art. 18º, § 2º da Lei Complementar nº 109/2001, e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2016a. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/instrucoes/instrucoes-previc/2016/instrucao-previc-no-27-de-4-de-abril-de-2016.pdf/view>. Acesso em: 27 mar. 2019
- _____. Portaria PREVIC nº 297, de 29 de junho de 2016. Dispõe sobre reconhecimento de instituições certificadoras autônomas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, para fins do processo de habilitação previsto na Resolução no 19, de. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2016b. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/portarias/2016/portaria-no-297-de-29-de-junho-de-2016.pdf/view>. Acesso em: 27 mar. 2019
- _____. Instrução PREVIC nº 6, de 29 de maio de 2017. Estabelece procedimentos para certificação. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2017a. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/37/MF-PREVIC/2017/6.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019
- _____. Instrução PREVIC nº 15, de 8 de dezembro de 2017. Dispõe sobre medidas

prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Regime de Previdência Complementar operado por EPFC. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2017b. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/instrucoes/instrucoes-previc/2017/instrucao-previc-no-15-de-8-de-dezembro-de-2017.pdf/view>. Acesso em: 26 mar. 2019

_____. Instrução PREVIC nº 10, de 27 de setembro de 2017. Define os prazos de envio de documentos e informações das EFPC para PREVIC. Brasília, DF, PREVIC, 2017c. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/37/MF-PREVIC/2017/10.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Instrução PREVIC nº 5, de 29 de maio de 2017. Dispõe sobre o enquadramento das entidades fechadas de previdência complementar como Entidades Sistemicamente Importantes (ESI) e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2017d. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/37/MF-PREVIC/2017/5.htm>. Acesso em: 27 mar. 2019

_____. Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018. Regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2018a. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/37/MF-PREVIC/2018/10.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019

_____. Instrução PREVIC nº 3, de 24 de agosto de 2018. Dispõe sobre o Comitê de Auditoria, sobre as informações a serem apresentadas nos relatórios do auditor independente, de que trata a Resolução CNPC nº 27/ 2017, e dá outras providências. Brasília, DF, PREVIC, 2018b. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/instrucoes/instrucoes-previc/2018/instrucao-previc-no-3-de-24-de-agosto-de-2018.pdf/view>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Instrução PREVIC nº 9, de 21 de novembro de 2018. Dispõe sobre o licenciamento e funcionamento de planos de benefícios instituídos. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2018c. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/instrucoes/instrucoes-previc/2018/instrucao-previc-no-9-de-21-de-novembro-de-2018.pdf/view>. Acesso em: 28 mar. 2019

_____. Instrução PREVIC nº 1, de 21 de janeiro de 2019. Dispõe sobre os procedimentos para as EFPC para seleção e monitoramento de prestadores de serviço de administração de carteiras de valores mobiliário e de fundos de investimentos. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2019. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/instrucoes/instrucoes-previc/2019-1/instrucao-no-1-de-21-de-janeiro-de-2019-diario-oficial-da-uniao-imprensa-nacional.pdf/view>. Acesso em: 28 mar. 2019

ULRICH, D. Os campeões de recursos humanos: inovando para obter os melhores resultados. 7. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2003